

# **BIOPODER E UPPS: ALTERIDADE NA EXPERIÊNCIA DO POLICIAMENTO PERMANENTE EM COMUNIDADES CARIOCAS<sup>★</sup>**

*Thiago Benedito Livramento Melicio<sup>★★</sup> Janaina Rodrigues Geraldini<sup>★★★</sup>*

*Pedro Paulo Gastalho de Bicalho<sup>★★★★</sup>*

## **RESUMO**

*O artigo visa refletir sobre a experiência do efetivo policial permanente em dois conjuntos de comunidades cariocas, inserido no escopo das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Foram realizados dois estudos exploratórios, em agosto e dezembro de 2010. Na esteira do conceito foucaultiano de biopoder, discute-se a UPP como rede de relações de poder que a compõe e a legitima, pensando-se o local em que se instala, a política de Estado a que responde, os atores com que opera e as produções históricas das relações entre Estado e territórios populares. O campo de análise constitui-se, assim, nas práticas e saberes localizados no cotidiano e nos efeitos produzidos com a presença do policial na paisagem da favela. Se novas regras são trazidas com as UPPs, novas identificações são mobilizadas e as modulações de conjunto abrem lacunas, o governo de si não se produz sozinho, mas combina-se com diversidades na gestão da vida.*

*Palavras-chave: subjetividade; UPP; biopoder; alteridade.*

# **BIOWER AND UPPS: ALTHORITY IN THE EXPERIENCE OF PERMANENT POLICING IN COMMUNITIES IN RIO DE JANEIRO**

## **ABSTRACT**

*The article aims to reflect on the experience of police standing on two sets of communities in Rio, included in the context of Pacification Police Units (UPP). Two exploratory studies were conducted in August and December 2010. In Foucault concept of biopower, we discuss the UPP as a network of power relations that compose it legitimizes and, thinking the place where it is installed, the state policy*

---

<sup>★</sup> Fonte de apoio de financiamento e fonte de apoio técnico: CAPES, CNPq e Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (SEASDH).

<sup>★★</sup> Psicólogo. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

*E-mail: [tmelicio@yahoo.com.br](mailto:tmelicio@yahoo.com.br)*

<sup>★★★</sup> Psicóloga. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

*E-mail: [jgeraldinipsi@yahoo.com.br](mailto:jgeraldinipsi@yahoo.com.br)*

<sup>★★★★</sup> Doutor em Psicologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia. Av. Pasteur, 250 - Pavilhão Nilton Campos - Campus Praia Vermelha. Urca - Rio de Janeiro, RJ - Brasil. CEP: 22290-240.

*E-mail: [ppbicalho@ufrj.br](mailto:ppbicalho@ufrj.br)*

*that responds to the actors with which it operates and historical production of the relations between state and popular territories. The analysis consists, therefore, knowledge and practices in daily life and localized effects in the presence of police in the landscape of the slum. If new rules are brought to the UPP, new identifications are mobilized and the modulations of all open gaps, the government itself cannot occur alone but is combined with differences in the management of life.*

*Keywords: subjectivity; UPP; biopower; altherity.*

## INTRODUÇÃO

Este trabalho visa refletir sobre a experiência da ocupação policial dentro do escopo da UPP – designada institucionalmente como Unidade de Polícia Pacificadora –, nas comunidades do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, bem como do Complexo do Turano e Paula Ramos, no Rio de Janeiro. Busca-se articular a perspectiva foucaultiana de biopoder e os discursos provenientes de dois estudos realizados nestas localidades no intento de discutir as seguintes questões: quais efeitos de subjetividade insurgem da experiência da UPP? Quais tensões/agenciamentos são produzidos nas relações entre policial e morador? Como as produções históricas em torno da delinquência e periculosidade podem instrumentalizar esta discussão? Quais técnicas de governo de si são operacionalizadas? Quais visibilidades têm sido promovidas no campo desta política pública e sobre quais relações estas visibilidades têm investido e feito operar?

Para tanto, a presente pesquisa busca trazer elementos de dois estudos exploratórios destinados ao diagnóstico e levantamento das condições de implantação da UPP Social pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SEASDH). Cada estudo teve duração de um mês – agosto/2010 na “UPP-PPG”, composta pelas comunidades do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, na divisa entre os bairros de Copacabana e Ipanema, e dezembro/2010 na “UPP-Turano” composta pelas seis comunidades do Complexo do Turano e pela comunidade Paula Ramos, localizadas na divisa dos bairros do Rio Comprido e Tijuca – nos quais foram realizadas 104 entrevistas entre moradores e profissionais civis e policiais militares que atuam nestas localidades.

O intento dos estudos organizado e dirigido pela SEASDH foi o de dar visibilidade ao modo como os moradores e os profissionais que atuam nestas comunidades viam e projetavam para o futuro os respectivos conjuntos de comunidades. Tendo como eixos as condições de moradia, as formas de sociabilidade, as expectativas em relação à UPP e o levantamento de proposições para a melhora do viver na comunidade, buscaram-se: o comparativo entre o momento anterior e posterior à UPP; a identificação de lideranças comunitárias; o mapeamento das ações e projetos realizados nestas localidades; a apreensão das tensões e nuances da relação entre os moradores e os profissionais de segurança; a apresentação das propostas.

O desenho metodológico traduziu-se pela pesquisa de campo, onde foram realizadas observações e entrevistas, auxiliadas e monitoradas por reuniões e trocas de informações entre pesquisador e SEASDH. Em função do caráter voluntá-

rio e do grande receio dos moradores e profissionais abordados em participarem da pesquisa, os colaboradores ficaram em anonimato, colocando apenas a sua profissão ou local de moradia. Cabe destacar que a interlocução e auxílio dos líderes comunitários e membros de ONGs foram de grande valia para a criação de uma rede de contatos, onde um entrevistado indicava outro a ser entrevistado.

Conjuntos de Comunidades	N° Entrevistas				Total
	Moradores sem atuação profissional na localidade	Profissionais não residentes que atuam na localidade	Profissionais que atuam e residem na localidade	Policiais Militares	
<b>Cantagalo, Pavão e Pavãozinho</b>	15	13	11	5	44
<b>Complexo Turano e Paula Ramos</b>	17	17	15	11	60
Total	32	30	26	16	<b>104</b>

Segundo procedimentos adotados num primeiro momento, junto à Secretaria, o tratamento dos dados produzidos pelas entrevistas foi realizado em divisões temáticas, que tiveram os eixos supracitados como orientadores. No comparativo entre os momentos precedentes e posteriores à UPP, bem como a projeção para o futuro, a relação entre moradores e policiais militares e as demandas e necessidades que os colaboradores visualizaram para as comunidades obtiveram maior ênfase.

Todavia, a fim de buscar uma contribuição e continuação da discussão desenvolvida junto à SEASDH (MELICIO, 2010), o presente artigo visa trazer algumas das falas dos estudos como disparadores da produção textual e reflexiva em torno da Unidade de Polícia Pacificadora. Entende-se a UPP como um processo dinâmico e, por isso, passível de ser problematizado não como produto acabado, mas sim como um fenômeno em mobilidade, em constante atualização de suas relações de poder. Desse modo, os discursos construídos nos estudos exploratórios são trazidos como pontos de partida para a problematização que se segue. Procura-se partir das paisagens psicossociais (ROLNIK, 1989) inicialmente cartografadas pelos moradores e pelos profissionais atuantes nas comunidades para então produzir trilhas de discussão sobre a experiência da UPP.

### UPP: PARA QUE VEIO?

A gente precisa entender o que é a UPP. A gente tinha o tráfico. Há mais de 20 anos o morro era dominado por eles. Depois, a gente viu o BOPE entrando, os policiais chegando, a UPP sendo inaugurada. Eles estão aí todos os dias, mas até hoje a gente não sabe o que é a UPP, não sabemos pra quê veio. A gente só sabe que tem policial por aí (Morador do Pavão).

A fala do morador da comunidade do Pavão remete a uma questão que permeia as discussões deste trabalho; afinal, o que constitui a UPP, qual a sua lógica, como ela tem operado? Experiência ainda embrionária, as UPPs têm

como marco inicial a instalação de seu primeiro efetivo policial permanente no morro Santa Marta, em dezembro de 2008. Posteriormente, foram inauguradas unidades em outras 20 áreas cariocas, sendo no Pavão, Pavãozinho e Cantagalo (PPG), em 22 de dezembro de 2009 e no complexo do Turano e Paula Ramos, no dia 30 de setembro de 2010.

Com discurso oficial de retomada de território pelo Estado, a UPP surge como principal frente da política pública fluminense em relação aos territórios populares:

O objetivo da UPP é um só e muito claro: acabar com os muros dos territórios impostos pela força das armas. Se você entra numa área dominada pelo tráfico ou pela milícia tem de prestar contas de seu ir e vir a alguém armado. Eles cobram para deixar o caminhão de gás entrar, cobram da empresa que instala TV por assinatura. É o que chamam de pedágio. É inadmissível que o cidadão tenha de prestar contas a uma pessoa armada, que não é servidor do Estado (BELTRAME, 2010).

Pensar UPP é também pensar o local em que ela se instala, a política do Estado a que ela responde, os profissionais públicos com que opera e as produções históricas das relações entre Estado e territórios populares. Compreende a análise de um dispositivo que assume a função de gerir a vida, que atravessa e tem atravessado os modos de ser e estar nas favelas e as relações de poder que elas atualizam. Nesse sentido, observa-se que a formação e atuação da polícia brasileira, mais precisamente a carioca, protagonista das experiências das UPPs, possui íntima relação com os territórios populares e sua população. Desde o desembarque do primeiro aparato policial brasileiro, junto à família real em 1808; a corporação, que após décadas iria receber a designação de Polícia Militar do Rio de Janeiro, teve seu olhar disciplinado à identificação de corpos “estranhos” que circulavam pelas ruas, diferentes do “eu” branco-europeu (SOARES, 2001).

Fundada numa alteridade radical, na qual o “outro” é expulso do espaço intersubjetivo, ou seja, “foge ao campo das formas de sociabilidade” (JODELET, 2002, p. 58), a polícia foi alimentada pelas projeções de periculosidade e impurezas destinadas aos grupos em que deveria exercer sua força. Com sua organização militar produzida e mantida pela elite, visou historicamente o exercício da vigilância e coerção sobre os sujeitos e “grupos não-elite”, delineando aos poucos o rosto de seu inimigo: “ora escravos, ora ‘bandos de capoeiras’, ora ‘vagabundos’, ora aqueles que ‘tinham o atrevimento de ficar nas ruas após o toque de recolher’” (BICALHO, 2005, p. 41, grifos do autor).

Tal processo se insere na concepção foucaultiana de biopoder. Interessado nas direções que recobrem a emergência da sociedade moderna, Foucault relaciona tal conceito ao investimento nas populações sob uma perspectiva política. Trata-se

de uma maquinaria classificatória que identifica e agrupa, atuando tanto no processo econômico quanto no ordenamento geral da sociedade moderna por meio de exercícios de controle precisos e de regulações de conjunto (FOUCAULT, 2005b).

O biopoder refere-se à produção de vida, ao poder sobre a vida que se desenvolve de duas formas. A primeira, mais característica do início no século XVII, atua como um poder centrado no corpo físico dos indivíduos, chamado por Foucault (2005b) de anátomo-política. São as técnicas das disciplinas do corpo que se ocupam da administração e dos adestramentos e formam a sociedade disciplinar. A segunda tem início na metade do século XVIII e se encarrega das regulações, da potencialização e da produtividade do corpo-espécie ou corpo coletivo das populações. São as biopolíticas, características da sociedade de vigilância, que tratam dos problemas de um conjunto de habitantes relativos à saúde, higiene, natalidade, longevidade etc.<sup>1</sup> (FOUCAULT, 1997[1970-1982]).

Debruçando-se sobre localizações históricas da sociedade carioca desde o início do século XIX é observada a progressão de medidas discricionárias e coercitivas sobre esse “outro” supostamente ameaçador do bem-estar do corpo social. Período escravocrata, em que se torna capital nacional e possui em suas ruas o primeiro aparato policial organizado, a cidade do Rio de Janeiro da primeira metade dos Oitocentos produz em seu engendramento uma série de restrições e punições, como chibatadas, açoites e prisões em calabouços, a todos aqueles que deflagravam costumes estranhos aos olhares da elite (SOARES, 2001). Processo que irá se articular com novos elementos a partir do fim da segunda metade do século, com o término da escravatura e proclamação da República, e início dos Novecentos quando as teses evolucionistas e higienistas passam a formar o substrato das políticas de eliminação das impurezas que afetam os processos de uma sociedade recém-republicana que almeja o progresso.

Observa-se que o projeto de produção de uma nação brasileira, articulado pelos republicanos, foi embasado em sistemas de classificação destinados aos pobres e as suas moradias, bem como aos seus modos de vida. Há uma alteridade que primeiramente diferenciava os que eram positivados ao projeto de nação arquitetado pela elite republicana, os brancos europeus e descendentes de europeus com aptidões e formação ao trabalho e, de outro lado, os que não eram interessantes ao futuro da nação, negros e pobres em geral. Com isso ocorre uma generalização arbitrária que coloca toda a diversidade de diferentes grupos em uma mesma representação classificatória – pobres, não-aptos ao trabalho, que vivem em moradas não higienizadas, vinculados às doenças físicas e morais – que por sua vez sustenta uma atuação policial orientada a sua vigília e forte repressão.

Maria Helena Souza Patto (1999) aponta que a obsessiva preocupação de cientistas e autoridades policiais nos países industriais europeus com a “vagabundagem” repetia-se no Brasil da Primeira República, embora com outra figuração: “Bastava ser pobre, não-branco, desempregado ou insubmisso para estar sob suspeita e cair nas malhas da polícia” (PATTO, 1999, p. 175). Os homens pobres, em sua maioria negros alforriados que se juntaram a outros em condição de miséria nos cortiços, tornaram-se símbolo do mal a ser extirpado na sociedade carioca

(REIS, 2000). E é justamente essa população que no campo simbólico é objetivada como doença moral, mancha na civilização a ser limpa da sociedade, que inicia o povoamento das encostas cariocas. Após medidas como o “bota-abaixo” de Pereira Passos, com os destroços dos cortiços constroem suas primeiras moradas no que será conhecido posteriormente como favelas (VALLADARES, 2000). Todavia, mais do que uma descrição detalhada do surgimento da favela, intenta-se aqui entender brevemente como se articula a representação que o aparato policial historicamente tem de si, da sua atuação e função dentro da sociedade, com a representação que faz desse “outro”, estranho e praticante de atos indesejados.

A compreensão da favela como um problema a ser extinto ou pelo menos controlado no âmbito de seu crescimento populacional é presente nos poderes públicos desde o início do século XX (VALLADARES, 2000). E é a partir da década de 1980, que uma nova configuração é desenvolvida com a presença mais representativa dos banqueiros do jogo de bicho e de grupos ligados ao tráfico de drogas. De acordo com estudo de Arruda et. al. (2010), que traz reflexões de Maiolino (2005), há nesse período o progressivo aumento do controle desses grupos sobre as organizações locais e seus moradores. A cocaína passa a assumir papel cada vez mais importante nessa atividade ao passo que se amplia o poder de fogo dos traficantes, com aquisição de armamentos mais pesados, na perspectiva de defesa do território contra as invasões da polícia e de grupos rivais que disputam os pontos de venda da droga. Assim, ancorado ao antigo discurso que associa os pobres a uma “classe perigosa”, intensifica-se a mobilização da sociedade carioca em relação aos problemas urbanos decorrentes da existência desses espaços na cidade.

Criada no bojo da transformação urbana do Rio de Janeiro, que foi o laboratório político e cultural do país, a polícia torna-se uma das principais ferramentas com que os cariocas lidam com a sensação de insegurança. Incumbida do seu papel eminentemente coercitivo, a polícia, junto à sociedade e aos sistemas representacionais circulantes sobre o negro, pobre e favelado, constrói e ratifica, ao longo de uma cadeia de acontecimentos – o domínio das ruas pelos negros e suas culturas estranhas ao olhar do branco de elite, a insalubridade dos cortiços e posteriormente das favelas e o cenário da violência proporcionado pelo tráfico – a compreensão sobre a favela como local de desordeiros e criminosos. Como aponta Bauman (1998, p. 26 apud BATISTA, 2003, p. 79):

A busca da pureza moderna expressou-se diariamente com a ação punitiva contra as classes perigosas; a busca da pureza pós-moderna expressa-se diariamente com a ação punitiva contra os moradores das ruas pobres e das áreas urbanas proibidas, os vagabundos e indolentes.

Esta alteridade produzida sob o pano de fundo do racismo, segundo Foucault (2002), garante o mecanismo atuante da biopolítica de “fazer viver e deixar morrer”, oposto ao “fazer morrer e deixar viver”, característico do poder soberano. Há nesse jogo de poder uma separação entre aqueles benéficos à população, à vida do homem enquanto espécie, que farão viver, e aqueles desviantes e fracos, que farão morrer.

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura (FOUCAULT, 2002, p. 305).

Desse modo, ao se retornar à resposta do Secretário de Segurança sobre o objetivo da UPP, coloca-se em pauta qual foi a argamassa do muro erguido em torno da favela. Para além da força das armas dos grupos ilegais, o muro a ser derrubado parece ser o da lógica com que algumas políticas estatais retiraram de si os deméritos de sua incapacidade de lidar com realidade que produziu desde as chegadas dos navios negreiros e que, por isso, agregam as mazelas a serem enfrentadas exclusivamente em um objeto circunscrito: o domínio pela força de grupos armados ilegais.

Foucault, pensando na utilidade da fabricação da delinquência – virtualidade que cria a categoria “criminosos em potencial” – que opera no “sucesso” das prisões – já que as mesmas atualizam a força do conceito – aponta que a instituição policial não seria aceita socialmente se não fosse justificada pela fabricação dos criminosos:

Aceitamos entre nós esta gente de uniforme, armada enquanto nós não temos o direito de o estar, que nos pede documentos, que vem rondar nossas portas. Como isso seria aceitável se não houvesse os delinquentes? Ou se não houvesse, todos os dias, nos jornais, artigos onde se conta o quão numerosos e perigosos são os delinquentes? (FOUCAULT, 2005c, p. 138).

São produzidos os atores autorizados a portar e a utilizar armas de fogo e que podem controlar territórios. Uma vez que tais atores são legitimados sob a bandeira da segurança, o esquadramento dos delinquentes também é atualizado ao longo da história. Conforme Foucault (2005a), delinquente é o sujeito produzido principalmente no intuito de “provocar efeitos” ao se dar visibilidade às punições dirigidas às pessoas transgressoras; é principalmente para mostrar aos outros as desvantagens advindas com as transgressões às regras. Sendo assim, a aquisição de armas pela delinquência – anteriormente formada por escravos, capoeiras e vagabundos, e agora por comerciantes do varejo de entorpecentes nas favelas – tensiona as relações de poder e convoca a participação do Estado. Pautado no seu compromisso com a vigilância e a proteção da população, a presença do Estado é afirmada pelos discursos que trazem os grupos armados ilegais como um problema de segurança pública e como ameaça à vida.

Não seria, então, o trabalho da UPP destinado para que a gestão desta população seja regularizada pela instância “Estado”, por ser esta a autorizada socialmente? É inadmissível, conforme o Secretário de Segurança, o cidadão prestar contas à delinquência, mas é plausível, por exemplo, a instalação do gerenciamento estatal que cobra impostos sobre os serviços públicos prestados e sobre os produtos comprados pela população. O que se quer mostrar com isso é que a contemporaneidade

está permeada pela gestão da vida dos indivíduos e das populações, que as formas com que este gerenciamento se constrói compõem uma multiplicidade de práticas, mas que existem relações que se mostram mais autorizadas que outras.

Não se quer dizer que a UPP seja a transferência do poder de gestão e vigilância de uma instituição a outra. Primeiramente, porque não se entende poder como algo que se possui.<sup>2</sup> Sendo assim, o novo cotidiano que se constrói com a entrada da UPP é formado por relações de forças que se atravessam e que não se configuram chapadas num plano verticalizado em que o Estado manda e a população obedece, mas que estas relações são forças e contra-forças, compõem práticas e saberes, formam-se em conjunto, produzem efeitos de subjetividade, movem-se a todo instante numa microfísica política. Em segundo lugar, é justamente por não haver uma instância detentora de poder que este trabalho aborda a Unidade de Polícia Pacificadora menos como um poder único e centralizador e mais como uma rede de relações de poder que a compõe e a legitima.<sup>3</sup> O que se quer dizer, então, é que a entrada da UPP forma novos arranjos, outras configurações e relações de forças, os quais não se apresentam como a via de mão-única do Estado-dominador e do morro-dominado. Faz-se importante salientar, inclusive, que apesar deste trabalho destacar a experiência da ocupação policial dentro do escopo da UPP, as comunidades ocupadas não se caracterizam unicamente por esta lógica de poder.

É pautado nas considerações feitas acima que a pergunta “para quê veio a UPP?” deve ser tomada menos como uma busca pela resposta-verdade e mais como um disparador para análises, e como um norte para a construção deste texto. Responder que ela veio para retirar o tráfico de entorpecentes das favelas, para a retomada do território pelo Estado e/ou para desarmar uma localidade, aparece como uma forma restrita de análise, que traz causalidade e linearidade incompatíveis com a multiplicidade de forças que parecem atravessar este fenômeno. Os muros e argamassas dos territórios impostos pela força das armas já se mostram muito mais complexos.

## **A PM E SUAS ROUPAGENS**

Você consegue confiar 100% na polícia? Eles já me deram tapa na cara, me humilharam. Sou pai de família e nunca me envolvi com nada errado. A única coisa que fizeram de bom foi ter tirado o tráfico e as armas daqui. Não vou atrapalhar eles aqui, mas que me desculpem, não consigo dar bom dia ou ficar de conversa com quem veste a mesma roupa de quem me bateu injustamente (Morador do Pavão).

A atuação do policial militar foi historicamente produzida junto ao aumento da legalidade e dos meios de punição. No campo da segurança pública, com a análise positivista da criminologia que desloca a atenção do ato infrator para o autor, a intervenção limita-se à oferta do crime por conta de uma demanda negativa, cujo custo nunca deverá superar o custo da criminalidade (FOUCAULT, 1997). Nesse sentido, a problematização que insurge é como o policial da UPP reflete e/ou transforma a posição do morador de favela enquanto criminoso em potencial.



Como relatado pelos capitães comandantes das UPPs do PPG e Turano, o policiamento deste tipo de unidade segue os ideais do policiamento comunitário. O efetivo atuante é fixo – os policiais destinados às UPPs só trabalham nas suas respectivas UPPs, não participando de outras rotinas policiais.

Hoje a gente sabe quem é policial que trabalha aqui. A gente vê ele toda semana. Não é mais como antes que entravam, matavam e não tinha como a gente saber quem era. Hoje se o policial faz algo errado, a gente sabe seu nome e fica muito mais fácil de fazer denúncia (Morador do Cantagalo).

Outra característica é que os policiais da UPP majoritariamente, com exceção do comando e outros postos administrativos, são recém-formados e provenientes do interior do estado fluminense. Isto se deve, segundo os capitães, pela estratégia de alocar policiais que não estejam “viciados pela rotina policial da capital”, historicamente marcadas pela corrupção e truculência.

Referenciada pela mídia, por motivos já mencionados, como solução para a violência das favelas, a Unidade Policial Pacificadora não é a primeira da fila das políticas públicas cariocas a destinar policiamento permanente aos territórios populares. O Centro Integrado de Policiamento Comunitário (CIPOC), em 1983 e, mais recentemente, o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), implantado no ano de 2000 no Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, bem como os Destacamentos de Policiamento Ostensivo (DPO), posteriormente conhecidos como Postos de Policiamento Comunitário (PPC), presentes, entre outros, no Complexo do Turano, figuram experiências anteriores.

Experiências como a do GPAE e PPC são complexas e amplas sendo trazidas aqui sobretudo pelas entrevistas. Contudo, vale ressaltar o vanguardismo dessas ações em relação à UPP, bem como as preocupações e desafios que a filosofia do policiamento comunitário encontra para sua prática em terras cariocas. O Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais, por exemplo, foi criado como uma unidade operacional dentro da Polícia Militar e a instalação de seu efetivo policial permanente também era precedida pela atuação do BOPE. Como a UPP, GPAE e PPC possuíam como objetivo atuar preventivamente, com ênfase na resolução de problemas (polícia pró-ativa) em detrimento de apenas responder às chamadas dos cidadãos (polícia reativa), devendo representar o primeiro passo de abertura para uma rede de órgãos públicos e ONGs prestadoras de serviços (DREYFUS, 2009), que no escopo da UPP é gerida pela UPP Social. Porém, apesar de uma avaliação positiva do GPAE no Pavão, Pavãozinho e Cantagalo em seus primeiros anos de atuação – iniciou-se em 2000 – foram identificados fatores que levaram a sua progressiva degradação, como falta de ampla aceitação de sua doutrina e prática na corporação policial, historicamente habituada ao confronto e uso da força e da demasiada dependência da pessoa encarregada do comando, o qual foi se alternando ao longo dos anos (DREYFUS, 2009; CARDOSO, 2011).

Conforme fala de moradores e dos policiais, essas experiências, que foram presentes na comunidades estudadas, tiveram representações de insucessos principalmente devido à falta de apoio contínuo do Estado em função de mudanças políticas e à truculência e corrupção policial. Nesse sentido, a relação do morador com um efetivo policial permanente também já possui um histórico, que, por vezes, realimenta a vinculação do policial à corrupção e truculência.

No estudo do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo foram abundantes as falas que reafirmaram a resistência dos moradores em relação aos policiais da UPP. Muitos relataram diferenças entre os plantões, aos quais, por vezes, acusavam de desvios de conduta, como realização de revistas com abuso de autoridade, consumo de drogas e conivência com a sua venda, e maus tratos em geral aos moradores, como agressões indevidas e uso do *spray* de pimenta de maneira inadequada.

Por outro lado, na perspectiva dos policiais entrevistados, muitas dessas denúncias são resultados da influência de remanescentes e apoiadores dos grupos armados ilegais nas comunidades. Para oporem os moradores aos policiais, esse grupo faria circular boatos tanto de maus tratos dos PMs, como da possibilidade iminente do retorno do domínio do tráfico na comunidade, enfatizando, inclusive, que em outros momentos a polícia já entrou com efetivo permanente, mas pouco tempo depois perdeu sua legitimidade. Nos primeiros meses em que a UPP foi instalada no PPG, por exemplo, houve uma série de manifestações contrárias à presença do policial, como arremesso de sacos de urinas nos policiais e sofás e pneus queimados.

Uma das ocorrências de maior amplitude da relação conflituosa entre policial-morador ocorreu no dia 04 de julho de 2010, quando um morador do Cantagalo foi atingido com um tiro nas costas. Primeiramente referenciado pelos PMs como resultado de troca de tiros com supostos bandidos, o caso atingiu maior repercussão após um jornal televisivo mostrar a gravação de um morador, na qual havia um policial da UPP dizendo que deveria ter acertado o tiro na cabeça do morador e não nas costas, como aconteceu.<sup>4</sup> O ocorrido acarretou no afastamento de quatro policiais.

Todavia, tais práticas não devem ser generalizadas como característica própria e única das UPPs. Tanto a presença do pesquisador no campo quanto as consequências decorrentes deste fator devem ser consideradas nas falas expostas. A situação de responder a uma pesquisa pode ser utilizada, por exemplo, para acusar devida ou indevidamente os policiais, para omitir informações uma vez que o colaborador não deseja se expor contra ou favoravelmente à figura do policial militar e/ou dos grupos armados ilegais, dentre outras. No complexo do Turano, por exemplo, diferentemente do grande quantitativo do PPG, não houve relatos de desvios de conduta dos policiais durante o estudo, mesmo sendo divulgados posteriormente, por veículos de comunicação, dificuldades entre policiais e moradores no local.

O que entra em cena é o histórico de discricionariedade da polícia militar, constantemente lembrados pelos moradores e até assumidos pelos policiais. Cria-se um jogo de forças, em que, de um lado, uma parcela dos moradores

intensifica os laços da atividade policial com a lógica da truculência, justificada pela eliminação do criminoso em potencial e, de outro, a outra parcela intensifica os laços da polícia com a mudança, hoje vigente no âmbito institucional, para a consolidação de uma polícia cidadã.

Cada pessoa tem um estilo de vida. Não há uma receita de bolo para aplicar na relação entre policial e morador. Muitos de nós ainda entramos na polícia com aquela visão do morador de favela como bandido. Eles [os moradores] também têm a visão de nós como alguém que entra aqui e mata. Então, havia um melindre entre nós e os moradores, e ambos ficavam sempre no impasse de quem iria ceder primeiro (Praça da UPP do PPG).

Muitos policiais que foram realocados para trabalhar nas UPPs depararam-se com a necessidade de rever suas atuações, visto que foram inicialmente treinados para o combate. Permanecer neste modelo de trabalho requer uma “pacificação” também das práticas policiais. E como estes agentes lidam com tais mudanças? Quais efeitos estas mudanças provocam? Colocar-se corrupto, exercer autoridade excessiva em vários momentos por dia não implica em resistências? Talvez seja uma forma dos policiais sentirem-se ainda no seu trabalho habitual, marcarem seus lugares de poder, manterem o formato no qual o ser irredutível e forte conjura-se ao ter e exercitar o poder de polícia. Uma vez colocados num trabalho visualizado como assistencialista, a forma de tutela mudou para os policiais: da tutela com armas impostas, para uma rotina que requer tutela desprovida de militarização.

Existem, assim, novos agenciamentos sendo produzidos nas relações entre policiais e moradores nas comunidades ocupadas pelas UPPs. Não se pode afirmar, no entanto, que práticas e efeitos tidos como mais comuns anteriormente desapareceram. São forças que se recobrem, atualizam-se, modificam-se e também se mantêm. Pensar como no samba de Noel Rosa “Com que roupa eu vou” é também pensar em que tipo de samba se está convidando o policial e o morador a dançar. A roupagem robusta, de coletes e carregada de munição, que traz consigo o peso do histórico policial truculento contrasta com a roupagem amenizada das ações preventivas e assistencialistas. “Se sou policial, com que roupa vou; que roupa me cabe?”. “Se quem vem é policial, a que samba convidado, a que samba dança?”.

O que se percebe é uma pulverização dos pólos, um embaçamento do positivo e do negativo; novas construções nas quais ainda não se delineia uma direção. Embora tais questões não estejam claras, problematizá-las é possível, visto que estes movimentos instáveis e sem bordas provocam efeitos no cotidiano. Neste sentido, as relações entre policiais, moradores e traficantes é flutuante. Se antes estavam bastante marcados os papéis de cada um, se antes os lados de “bom” e “mau” eram bem delineados, a entrada das UPPs parece modificar algumas destas relações por meio de novos dimensionamentos políticos, geográficos, estratégicos. Aquilo que estava legitimado e naturalizado encontra-se em suspensão.

Muitos discursos apontam que tal suspensão pode ser apenas temporária, conforme será abordado no próximo tópico. Ao mesmo tempo, a história construída por estas relações deixam os “lados polarizados” em alerta. Falar na delinquência que é direcionada aos traficantes é um destes pólos, porque é possível encontrar este esquadramento também direcionado aos policiais. O discurso trazido pelo morador do Pavão que relatou ter sido agredido por um PM dá visibilidade para forças de embate que colocam o “ser policial” como transgressor das regras da comunidade. Ao lado deste conceito, existe ainda a questão da periculosidade, entendida como a potencialidade do ato de transgredir. Sob este conceito, o efeito que é produzido não advém de atos realizados, mas da potencialidade, da virtualidade de se fazê-lo; ou seja, periculosidade é característica do sujeito alocado na possibilidade de cometer atos infracionais – seja pelos seus atos passados, seja pela sua condição social, seja pelos seus aspectos físicos ou morais, seja pela farda que veste, sejam por outros tantos determinantes.

A concepção de periculosidade, embora tenha nascido há alguns séculos com a doutrina positivista, permanece legitimada por outras forças que não mais o formato e tamanho do crânio dos criminosos de Lombroso, por exemplo. Atualmente, reafirma-se que existe a possibilidade de se prever comportamentos, seja por meio de testes psicológicos, de antecedentes criminais, das localidades onde as pessoas habitam, do seu trabalho, dentre tantos outros aparatos criados que, muitas vezes sob a alcunha da cientificidade – pois formam amálgama com as moralidades – ganham legitimidade e atuam diretamente nas formas de vida que são criadas como sendo portadoras de periculosidade. Trata-se de um efeito bem concreto, que movimenta relações polarizando vítimas e agressores potenciais de maneira naturalizada, tal como se percebe nos discursos citados.

Diante de tais análises, como colocar em xeque as construções naturalizadas dos personagens “portadores de periculosidade”? Como ruir os efeitos produzidos pela organização da delinquência, seja direcionada aos policiais, aos traficantes, ou aos moradores do morro? Como as localidades ocupadas pelas UPPs podem inverter estes equilíbrios?

Farhi Neto (2010), ao problematizar a noção de poder nos estudos de Foucault, comenta que o “efeito global” do poder forja uma aparência de fixidez, permanência, unidade, estabilidade. Esta aparência é apenas um “efeito de conjunto” que se apóia numa rede de relações locais de forças e que depende delas para perpetuar tal orientação global. “A polaridade, o desequilíbrio, a diferença de potencial que se estabelece [...] entre cada dois nós da rede que forma a sociedade, é o que permite, pela coordenação, pelo alinhamento, pela junção, pela integração dessas múltiplas diferenças, obter fenômenos globais” (FARHI NETO, 2010, p. 100). Sendo assim, é micropoliticamente que se pode desestabilizar o efeito global, pois o mesmo já se encontra potencialmente instável por ser formado de forças múltiplas que se encontram sob a manutenção local destas unidades. Com isso, quer-se dizer que as práticas e saberes que configuram as UPPs podem tanto compor forças de manutenção quanto de ruptura e se quer afirmar, principalmente, que as composições não se constituem exteriormente para, a partir de então,

serem aplicadas a uma comunidade. O arranjo de forças se dá no cotidiano, nas relações estabelecidas a todo instante e, por mais que se tenha um modelo pré-formatado de UPP, cada uma delas terá suas formas de composição.

É diante disso que as diferenças entre as relações de policiais e moradores do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho ou do complexo do Turano e Paula Ramos devem ser abordadas como importantes, a fim de que não sejam generalizadas as experiências que aqui são analisadas e de que sejam destacadas tanto a multiplicidade de possibilidades do fluxo e jogo destas relações, quanto sua instabilidade. O tempo de experiência da UPP quando da execução da pesquisa, aproximadamente 1 ano no PPG e cerca de 2 meses no Turano e Paulo Ramos, a localização na zona sul e conseqüente maior visibilidade midiática da primeira e um maior quantitativo de exposição do temor a uma possível represália do grupo dos traficantes e/ou da polícia ao responder às questões pesquisa são apenas alguns dos elementos que demarcam a diferenciação entre as localidades. Assim, não se pode afirmar que tais diferenças se fazem pela presença de policiais antigos ou novos, ou do tipo de morador mais tranquilo ou mais resistente, mas pela composição de forças que ultrapassa estes simples quesitos diferenciadores. Perceber o jogo de forças, os objetivos, as táticas e estratégias, as reiteraões e conexões (FARHI NETO, 2010) mostram-se importantes para entender os efeitos produzidos pelas posturas assumidas entre os policiais. Não é o policial novo e o antigo que se deve analisar a fim verificar as diferenças de “conduta” entre um e outro. Mas é a aposta na roupagem, preventiva e desmilitarizada do recém-policial como estratégia do Estado que chama atenção e merece análise.

### **A (IM)PRODUTIVIDADE DE SEGURANÇA E A (I)REVERSÃO DO MEDO**

O tráfico vive falando que vai voltar, que vai botar o terror. As pessoas ficam acuadas e ansiosas. Isso é um problema sério, pois ninguém vê, ninguém sabe ao certo quem é, mas todos ficam com medo, pois isso circula por todo o morro. É o que chamo de Teoria do Boato, pois ninguém prova nada, mas eles circulam, ficam instigando para que aconteça algo (Moradora do Pavãozinho).

As roupagens que produzem efeitos nas relações de forças entre moradores e policiais entram em conflito conforme as experiências formadas ao longo da história e do cotidiano das comunidades. Assim, a ocupação das UPPs nas favelas pode ser lida como fomentadora de agenciamentos que não se desassociam de mobilizações anteriores. Sendo recorrentes diversas experiências de policiamento permanente nestas localidades, há de se considerar que o movimento de ocupação e desocupação do Estado fomenta desconfiças e medo na população.

Tensionar práticas e discursos remete a considerar o jogo de relações bem como os efeitos de subjetividade produzidos. Acerca do jogo de relações, a experiência das UPPs não se descola das produções objetivadas com o GPAE ou com o

PPC, por exemplo. É justamente a reincidência de inauguração-desativação destes programas que muitas vezes promove a descrença na efetividade e perpetuação de novos projetos que pretendem expurgar o domínio do tráfico e as armas.

Com relação aos efeitos de subjetividade, a efemeridade destes programas que coloca em xeque a aposta nas UPPs, ao lado das “teorias de boato”, mantém os moradores em alerta. O que esperar destas novas roupagens? Como se portar diante dos boatos que se apresentam bem concretos e das ameaças à vida? Quais técnicas de governo de si são operacionalizadas? Se a sociedade em que se vive é construída em conjunto com relações de regulamentação do biopoder, como a instabilidade destas políticas de pacificação repercute na população da favela?

A ocupação destas unidades fomenta tanto objetivações de corpos (individuais e sociais), quanto subjetivações, e ambas se entrecruzam agenciadas por meio da possibilidade de mecânicas punitivas. Nas objetivações, encontram-se as regras produzidas a partir do policiamento que se faz no cotidiano. A vigilância, que esquadrinha pessoas e lugares, não vem apenas de cima. Conforme Foucault, a vigilância organiza-se

[...] como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre os indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede “sustenta” o conjunto e o perpassa de efeitos de poder que se apóiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. [...] E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um “chefe”, é o aparelho inteiro que produz “poder” e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo [...] (FOUCAULT, 2005a, p. 148, grifos do autor).

É neste sentido que o recorte de se pensar a objetivação dos corpos pelo agenciamento da vigilância<sup>5</sup> não equivale referir-se somente à vigilância policial dirigida para a população, pois esta também a exerce. O morador reconhece quais são os policiais que ali se encontram diariamente, sabem seus nomes e seus batalhões. São, portanto, mais facilitadas as possibilidades de denúncias de abusos das autoridades, por exemplo, bem como de práticas menos transgressoras. Afirmar que a vigilância produz efeitos nos corpos é menos apontar a repressão das atitudes e mais a sutileza de um poder ramificado que organiza politicamente os corpos que ali se encontram, podendo intervir e punir a qualquer instante, uma vez que as práticas de vigilâncias se encontram generalizadas, contínuas e cotidianas.

Com relação às subjetivações dos corpos fomentadas a partir da instalação das UPPs, tem-se como recorte de análise a virtualidade da punição: conforme existe a possibilidade do movimento do tráfico retornar a estas localidades, são atualizadas as relações legitimadas historicamente nas quais moradores e policiais encontram-se marcadamente heterogêneos. Por isso dizer que, sob o poder da vigilância, há inclusive a prevenção. Incorporada nas relações, esta característica da tecnologia de vigilância atinge os corpos de tal maneira que até mesmo um copo d’água oferecido a um policial deve ser evitado: “Eu gosto

da UPP, gosto dos policiais, mas guardo isso pra mim. Não posso falar isso por aí, muito menos demonstrar. Se um policial pede água eu não dou. Não deixo entrar na minha casa” (Moradora do Turano).

Promotora de uma rede de olhares que controla uns indivíduos aos outros, a vigilância é um governo do olhar e quase que um império de visibilidade (PRADO FILHO, 2006). Interessante como este mecanismo implica o reconhecimento de si mesmo numa identidade: o morador tanto perfilha o policial como sendo portador de periculosidade e delinquência quando toma cautelosamente a referência do histórico de confrontos e mortes de sua ação na favela, quanto ele mesmo se reconhece como inimigo caso ofereça uma gentileza. Minimalismos que sutilmente produzem grandes efeitos de subjetividade.

Essa situação da UPP é difícil, a gente não sabe como lidar. É como um pássaro que fica preso na gaiola. Imagina um pássaro preso por 20, 30 anos. Quando o tira da gaiola fica como? Ele não sabe o que faz, fica desorientado, sem saber por onde ir, se faz isso ou aquilo. E ele não sabe o que faz não só porque a realidade é outra, diferente, como também porque tem medo. Como ele vai saber se o gato agora não vai pegá-lo? (Moradora do Turano).

Novas e outras mudanças aparecem como ameaçadoras, porque não se sabe ao certo o que está por vir. O instituinte<sup>6</sup> é percebido como possível ameaça quando, a qualquer momento, tudo pode “voltar como antes”. E quem investiu nas mudanças receberá sanções e reprimendas? É um preço alto a se pagar quando se modificam as relações? Talvez muitos moradores, apreensivos, não se mobilizam para afetos outros que não àqueles aos quais estavam habituados. Receber bem os policiais pode ser uma opção que agora aparece mais provável, mas, por outro lado, o que esta diferença nas relações pode repercutir como consequências para aqueles que modificam suas atitudes e seu cotidiano?

É marcante nesse jogo o assento no medo, descrito por Batista (2003, p. 97): “A fragmentação e a dispersão do desamparo fazem com que o espaço público seja construído sobre o discurso do medo. A solução é encontrar um inimigo comum e ‘unir forças num ato de atrocidade comunitária’”. Assim, nas comunidades circulam discursos que trazem o medo da delação e do retorno do tráfico, o medo de ser visto relacionando-se com os policiais e de sofrer represálias. São as roupagens do medo, com suas transformações e re-atualizações.

Eu tenho medo do policial, que sempre entrou aqui e bateu e agora está na posição de proteger e tenho medo do traficante, que sempre regulou o que podia ou não ser feito aqui e por mais que tenham perdido as armas, ainda estão por aí (Comerciante e moradora do Cantagalo).

O governo de si encontra-se em constante construção.<sup>7</sup> As relações do sujeito consigo – nas quais ele se reconhece como um sujeito moral e assume o governo da sua própria conduta (PRADO FILHO, 2006) –, mesmo com o reco-

nhecimento de si radicado numa identidade, não impede a formação de tensionamentos subjetivos que provocam re-arranjos nas relações, seja do sujeito consigo mesmo, seja do sujeito com terceiros. Assim, embora destacados o medo irreversível e a segurança que aparenta nada produzir, embora a modificação na proposta do policial que agora protege ao invés de flagelar, e ainda que boatos mantenham sua visibilidade, é possível que ao assumir o governo de sua própria conduta possam ser instrumentalizadas resistências e práticas de liberdade como exercício ético que desmobiliza assujeitamentos. Se novas regras são trazidas com a ocupação, novas identificações são mobilizadas e as modulações de conjunto abrem lacunas, o governo de si não se produz sozinho, mas mistura-se com as diversas possibilidades de gestão da vida.

### **(DES?)ENRAIZAMENTO DE MODOS DE SER**

Há 25, 30 anos a gente vive sob comando de grupos armados. Sempre foi assim. E eles têm um modo de organizar as coisas que é deles. Eles que regulavam o que entrava e saía da comunidade, o que podia e o que não podia fazer. Isso tudo já está enraizado na gente (Morador do Cantagalo).

A gente vivia com o tráfico. Se você não mexesse com eles, eles não mexiam com você, não havia problema. Porém, independente de você ser envolvido com eles ou não, você sabia que eles estavam ali, sabia que eles te viam. Nunca dependi deles pra nada, mas sempre evitei qualquer problema. É o que te digo, tem que saber viver na favela e pra você não rodar, também tem que viver sabendo (Morador do Cantagalo).

O esquadrinamento do cotidiano pela vigilância é marcante na produção de subjetividade das favelas. Os investimentos em modos de ser e estar pelos moradores do PPG e Turano ocorreram – e ainda ocorrem? – em consonância com a regulação punitiva do tráfico. Grande parte dos colaboradores da pesquisa frisou a existência de uma “cultura enraizada”, de modos de viver que estão relacionados à presença de grupos armados ilegais acima analisada. As figuras do tráfico e dos traficantes compunham a coloração da paisagem nestes territórios. Mesmo aqueles que não possuíam qualquer tipo de envolvimento, pareciam escrever com uma gramática própria das especificidades que a lógica do tráfico emprega: “é preciso saber viver na favela”.

Os investimentos em modos de ser inseridos nesse tecido produzem formas de circulação no espaço público e regulações da vida social. No Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, a rua constituía o principal cenário de trocas e socialização, “é na rua que tudo acontecia, que se ouvia música, que se paquerava, que se fugia dos tiros”, como diz uma jovem moradora do Pavão. Na rua é onde se cobravam os pedágios, é onde os traficantes permitiam ou não a subida de entregas ao co-



mercante e é por onde a polícia por muitas vezes entrava para o confronto direto. Na rua é também onde se colocava músicas em altos volumes, que agradavam muitos dos jovens e incomodavam muitos dos idosos e trabalhadores diurnos.

As ruas e os diferentes modos de utilização dos espaços públicos são campos históricos de reflexões sociológicas e filosóficas. Todavia, junto às manifestações deflagradas nestas paisagens, estão as vias de subjetividade que são o substrato dessas manifestações, estão os modos, de âmbito mais visceral, que recaem novamente nas malhas do processo da alteridade: o que é o alter favelado dentro da perspectiva midiática em torno da favela com a UPP (referindo-se a questões de segurança, por exemplo), e como o morador se vê (limitado de alguns lazeres) e entende que é visto nesse mesmo contexto (como apaziguado).

Você liga a TV e vê apresentadores dizendo que pode subir no Cantagalo, que não terá problema nenhum. Mas subir pra fazer o que? Não tem mais nada por aqui! Antes tinha curtição, música. Eu não gostava das armas e das drogas no baile *funk*. Então, por que a UPP não permite que se faça um baile sem criminosos, regularizado? Os policiais são preconceituosos com o *funk*. Tem que entender que não existe só o *funk* “proibidão” (Morador do Cantagalo, dançarino de *funk*).

Com forte presença em quase todas as comunidades do Rio de Janeiro, o *funk* constitui-se como outro disparador da experiência da UPP. O gênero musical é uma das principais fontes de “curtição” das favelas cariocas, que acontece principalmente em seus bailes, frequentados por centenas e milhares de pessoas em todos os fins de semana.

Como pode ser visto em Arruda *et. al.* (2010), o *funk* é uma expressão nascida em terras cariocas que possui como base genética os *funks* e *souls* americanos dos anos 1970. Produzido em diferentes modalidades – charme, melódico, de bonde, erótico –, possui em seu estilo conhecido como “proibidão de facção”, a característica de narração do cotidiano da favela que envolve conflitos com a polícia, conflitos entre facções rivais, relações de causa e efeito como delação-morte, entre outros. Assim, o “*funk* proibido de facção” é um dos dispositivos de difusão das normas e regras de conduta existentes numa comunidade com a presença do tráfico, enquanto o baile *funk* é o evento no qual, por muitas vezes, essas normas são reafirmadas e atualizadas.

Contudo, a manifestação do *funk* não é restrita ao escopo do “proibidão”. Há brechas na sua regulação, bem como há em outros substratos de produção de vida que não o do domínio do tráfico, da milícia ou da UPP. Seguindo a discussão proposta por Pelbart (2003), tem-se que mesmo dentro de novas formas de exploração e exclusão conectadas pelo biopoder, há focos de enunciação coletiva, inteligências grupais que fogem aos parâmetros consensuais. Com relação ao *funk*, observam-se ao menos dois processos de alteridade que generalizam suas produções de forma negativa, utilizando-os como justificativa para sua proibição. Um refere-se à criminalização do *funk*, devido a sua ancoragem em sistemas dis-

criminatorios já apontados, que o situa no bojo das atividades promíscuas e impuras de um “outro” potencial autor de infrações penais. O outro diz respeito ao *funk* expoente de elementos supostamente capturados, “típicos” de uma associação linear e reduzida de batidas graves e letras sensuais, e de desconsiderada complexidade em sua estrutura melódica. A esses processos contrapõem-se a pluralidade dos compositores e das relações que se estabelecem com a música, bem como as singularidades que promovem no campo da gestão de vidas.

No contexto de um capitalismo cultural, que expropria e revende modos de vida, não haveria uma tendência crescente, por parte dos chamados excluídos, em usar a própria vida, na sua precariedade de subsistência, como um vetor de autovalorização? [...] Seu único capital sendo a sua vida, no seu estado extremo de sobrevida e resistência, é disso que fizeram um vetor de existencialização, é essa vida que eles capitalizaram e que assim se autovalorizou e produziu valor (PELBART, 2003, p. 22).

Pelbart chama atenção para a apreensão não só da música ou das histórias e modos de vida que narram isoladamente, mas para a emergência de estilos, de singularidades, de percepções, de maneiras de vestir, de causticidade, presentes nesses grupos. Assim, quando a UPP do PPG é inaugurada e a polícia, desde o início, passa a proibir bailes *funk*, festas, funcionamento de bares, sem procurar opções alternativas, ela está retornando ao exercício da alteridade excludente, verticalmente hierarquizada. Entra-se a UPP, posiciona-se o efetivo policial, altera-se o que pode e o que não pode ser visível, mas mantém-se a lógica.

Retorna-se aqui à questão da governamentalidade exposta por Foucault e discutida por Prado Filho (2006). A noção governamentalidade de que a UPP seria dispositivo, refere-se a uma tecnologia multiforme que se articula a saberes sobre o sujeito: “[...] incide sobre os corpos individuais e coletivos, regulando, marcando, normalizando e individualizando; produz subjetivações; concerne à vida dos indivíduos, dirige-se a sua conduta; envolve técnicas de governo de si mesmo” (PRADO FILHO, 2006., p. 19). Assim, qual postura a UPP estaria assumindo, enquanto produtora de efeitos de subjetividade?

Um dos pontos mais intensamente criticado pelos moradores é a falta de espaços de troca e canais de diálogo entre os atores locais e a UPP e outros profissionais do Estado. É recorrente o argumento de que a UPP chega às comunidades com uma metodologia pronta, sem abranger as especificidades de cada região. Seria uma suposta atividade às cegas, em que o PM vigia e faz cumprir o que para ele seria uma norma de conduta esperada de um cidadão, enquanto o morador, que nasceu e viveu em outras lógicas de relações sociais, age sem conhecer os valores que norteiam a ação do agente de Estado.

Neste sentido, enquanto política pública que visa à transformação do local em que atua, faz-se necessário que a experiência da UPP flexibilize o campo de forças que autorizam as construções do “outro”. Tanto na relação do policial

com o morador, como na relação do morador com o policial, é preciso o rompimento com o passado monolítico e determinista, que cristaliza modos de ser e estar. As reinvenções do “saber viver na favela” deverão ser as reinvenções também dos saberes sobre e dos sujeitos.

## CONCLUSÕES

As discussões realizadas não pretendem esgotar e/ou generalizar as experiências das UPPs. A pesquisa visou apresentar reflexões específicas das comunidades do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho e do Turano e Paula Ramos, que já promovem diferenças significativas entre si. O intuito foi o de fazer emergir arranjos e efeitos que o policiamento permanente tem produzido nestas localidades, de disparar possibilidades de análise da multiplicidade de forças que atravessam esse fenômeno.

Considerados tais aspectos, é possível afirmar que a experiência das UPPs é uma maquinaria política, pois nela se constrói um controle detalhado dos corpos sociais e individuais a partir da vigilância, operam-se intervenções pontuais com o esquadrinhamento e normalização de pessoas e lugares, produzem-se discursos que fazem viver e deixam morrer, articulam-se efeitos de subjetividade num jogo incessante entre assujeitamentos e governo de si. Diante desta problematização, no entanto, faz-se importante reafirmar que ao falar da experiência das UPPs não se está utilizando o Estado como sinônimo; pois, conforme perpassam as análises deste texto, a UPP vai muito além de uma imposição estatal: suas práticas, discursos e efeitos são produzidos nas relações, cotidianamente, e de maneira localizada.

Tendo como fio condutor os dispositivos que operam na gestão da vida, bem como as subjetivações nas construções de si e do “outro” e as práticas de poder que estão ou não autorizadas, observou-se o quão estão coladas às relações estabelecidas entre policial e morador de territórios populares um processo de identificação pela esteira da delinquência e a justificativa da discricionariedade pela sua periculosidade. Em nome da garantia da vida, dispositivos são regularizados, são ditados modos de funcionamento do viver e quais modelos devem ser seguidos. Importante entender que se trata do investimento de poder desta maquinaria que não opera apenas sobre a vida biológica dos corpos, mas inclusive sobre a potência da vida (PELBART, 2003). “Vitalidade sequestrada”, diria este autor, ao se referir ao sequestro das forças de criação, das singularidades, de possibilidades outras de produção de modos de vida. Dificuldade em se produzir diferença, dada a produção de efeitos de subjetividade que se encerram em modulações, ou seja, nas relações pautadas historicamente em modulações de conjunto “delinquência-periculosidade” dificultam-se criação e regulações diferenciadas deste modelo. Cria-se, tão-somente, mais uma “escola”, ao invés de se produzir tensionamento constante que poderia potencializar ações, fomentar discussões de experiências, vivências e engajamentos (GUATTARI, 2004[1962-1963]).

Apesar da dificuldade de produção da diferença na experiência das UPPs, a qual traz a presença do policial como parte integrante da paisagem da favela, é importante destacar que se observou neste estudo um tensionamento constante que flutua ora na direção de uma pulverização dos pólos entre “bom” e o “mau”,

ora num encerramento polarizado, de vitalidade sequestrada que se mostra historicamente construída e naturalizada. É neste sentido que o embaçamento do positivo e do negativo é intensificado. Ao se produzir alteridade no gerenciamento da vida não se promove unicamente a inclusão por identificação ao se instituir a norma e normalizar indivíduos, mas inclusive virtualidade para emergirem novas diferenças: para se potencializar em termos políticos a vida para além dos processos de delinquência e periculosidade, aposta-se na promoção da alteridade que não se captura. Com tais afirmações se quer dizer que – uma vez que se afirma ser a experiência das UPPs uma maquinaria política na qual se inscreve o controle dos corpos e que tal controle, por sua vez, não se desenha a partir de um único pólo, e ainda que são dificultadas criação e modulações de conjunto de novas formas de vida – o arranjo de forças da composição de melindre entre policial e morador aponta para desdobramentos de futuros incertos, visto que é na alteridade que se constroem as normatizações da maquinaria política e que, neste sentido, mostra-se necessário às análises da experiência da UPP não só a emergência atual de seus elementos, mas, principalmente, a reflexão sobre suas apostas futuras.

Assim, a reinvenção dos saberes, das práticas e dos modos de ser e estar são atuantes não só no aparato policial, que visa se inscrever em outra pauta de atuação, como também nos moradores e atores locais que se deparam com novos planos constituintes de seu cotidiano. As construções que aqui são apresentadas fazem parte de um território localizável temporalmente e em plano micro, nas quais é possível destacar algumas cristalizações que não implicam necessariamente sua instituição perpétua. Por isso afirmar a importância da criação de espaços que potencializem focos de enunciação coletiva e inteligências grupais que fujam dos parâmetros consensuais. Em detrimento de uma alteridade massificante e homogeneizante, que finda o “outro” num jogo cristalizado de inclusão por sequestro, é possível promover a alteridade que se abre à diferença. Com tais apontamentos se quer dizer que a aposta no perpetuamento das polarizações construídas em largo espaço e tempo históricos entre policiais e moradores de territórios populares aparece como incerta. Como diz Rolnik (1989), deflagra um mundo que só é possível pela sua presença.

Afirma-se, então, que a maquinaria política da experiência das UPPs que promove o contato cotidiano entre policiamento e territórios populares é maquinaria móvel. Pode alterar inclusive suas aspirações iniciais do “para quê veio?”. Em sua virtualidade pode mobilizar novas identificações, produzir outras roupagens e tensionamentos. Pode abrir lacunas nas modulações de conjunto “delinquência-periculosidade” e “segurança-medo”. Move-se na possibilidade de manter, diversificar e/ou insurgir modos de gestão da vida.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Interessante não se perder de vista que ambas são tecnologias que se recobrem, ganham novas dimensões, e compõem novas relações: os movimentos que formam as sociedades disciplinar e de vigilância, apesar de caracterizarem uma determinada configuração social, não estão restritos a um formato específico de sociedade. É neste sentido que as formas de atuação do biopoder vão constituir a sociedade de segurança do século XIX, formando o homem moderno atravessado por estratégias anátomo-políticas referidas ao corpo individual e biopolíticas referidas às populações. Dociliza-se e administra-se o corpo, e cuida-se da população com uma gestão calculista da vida (FOUCAULT, 2005b).
- <sup>2</sup> Na esteira da perspectiva foucaultiana, aposta-se que poder não é algo que se materializa em uma instância específica, em um aparelho central e exclusivo. Poder remete à articulação de práticas sociais, construídas historicamente. Não existe nele uma natureza fixa, nem é possível buscar sua essência, justamente por estar inscrito em relações históricas, móveis. É nesse sentido que Foucault (2005a) afirma não existir poder, mas práticas e relações de poder.
- <sup>3</sup> A palavra “Pacificadora” que norteia a nomenclatura da UPP é ponto de importante reflexão. Problematicar a ideia de que a unidade de polícia supostamente pacífica, bem como em que se atualizaria essa pacificação e o que seria em suas produções o pacificado e o não pacificado seria de valiosa contribuição. Contudo, a discussão não será aprofundada neste artigo devido a sua complexidade, indicando a necessidade de desdobramentos em artigos e discussões futuras.
- <sup>4</sup> O fato ocorrido em 04 de julho 2011 primeiramente foi relatado por policiais e posteriormente pela mídia como troca de tiro com traficantes que teria resultado no ferimento de um morador do Cantagalo. Notícia posteriormente removida do portal <<http://extra.globo.com/noticias/rio>>. O vídeo com um dos policiais envolvidos no caso pode ser acessado em <[http://www.rtbol.net/play.php?id=tAf\\_FuchVEo](http://www.rtbol.net/play.php?id=tAf_FuchVEo)>. O então capitão comandante da UPP PPG relatou que o caso foi investigado e quatro policiais foram afastados de serviço com objetivos de devidas correções disciplinares.
- <sup>5</sup> Conforme visto anteriormente, as disciplinas fazem parte da configuração do biopoder. Foucault (2005a) traz a vigilância como um dispositivo de poder importante da maquinaria disciplinar. É neste sentido que o conceito de vigilância é abordado no presente texto como ferramenta de análise.
- <sup>6</sup> O conceito de instituinte é trazido a partir das discussões da análise institucional, no qual se refere a movimentos que não se encontram legitimados, mas que se configuram pulsantes. Muitas vezes, os instituintes vão de encontro ao instituído (movimentos já cristalizados), colocando estes em xeque (BAREMBLITT, 1994)
- <sup>7</sup> Ao utilizar o conceito de governo a partir de Foucault, é importante que se explique: “Tal caracterização aponta para um tipo de governo que não coincide com as concepções habituais de governo político de um Estado sobre uma sociedade e um território, centrado em leis que definem direitos e deveres de cidadãos – aponta para o governo das condutas dos indivíduos, que é muito diferente de uma ‘política de Estado’, de uma ‘gestão governamental’, ou ‘coalizão no poder’” (PRADO FILHO, 2006, p. 19).

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, A. et al. De pivete à funkeiro: genealogia de uma alteridade. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n. 140, p. 407-425. Set./dez. 2010.
- BAREMBLITT, G. F. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.
- BATISTA, V. M. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BELTRAME, J. M. Não basta a polícia, falta o Estado. *Revista Exame*, São Paulo, v. 44, n. 79, out. 2010. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/>>
- Fractal, Rev. Psicol., v. 24 – n. 3, p. 599-622, Set./Dez. 2012

[edicoes/0978/noticias/nao-basta-a-policia-falta-o-estado](#)>. Acesso em: 4 janeiro 2011. Entrevista em 20 out. 2010.

BICALHO, P. P. G. *Subjetividade e abordagem policial: por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CARDOSO, M. Obstáculos para o sucesso de projetos de policiamento comunitário. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, XI, 2011, Salvador. *Anais...* Salvador: [s.n.], 2011, p. 1-15.

DREYFUS, P. Do Estado de medo ao Estado de direito: problemas e soluções do crime organizado e controle territorial armado no Rio de Janeiro. *Policy Paper*, Boston, v. 25, p. 1-8, 2009.

FARHI NETO, L. A biopolítica e o dispositivo da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. *Biopolíticas: as formulações de Foucault*. Florianópolis: Cidade Futura, 2010. p. 83-115.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. In: \_\_\_\_\_. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 87-97. Tradução Andréa Daher.

FOUCAULT, M. Aula de 17/03/76. In: \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 285-315.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005a. Tradução Raquel Ramallete.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 16 ed. São Paulo: Graal, 2005b. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

FOUCAULT, M. Sobre a prisão. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 21. ed. São Paulo: Graal, 2005c. p. 129-143. Organização e tradução Roberto Machado.

GUATTARI, F. *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. São Paulo: Idéias & Letras, 2004.

JODELET, D. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, A. (Org.). *Representando a Alteridade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 47-67.

MAIOLINO, A. L.G. *Espaço urbano e subjetividade: um foco especial sobre a favela do Canal das Tachas*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MELICIO, T. *Levantamento e diagnóstico das condições de implantação da UPP Social na UPP do Pavão, Pavãozinho e Cantangalo e UPP do Turano e Paula Ramos*. 2010. Relatório de pesquisa apresentado à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Rio de Janeiro, 2010.

PATTO, M. H. S. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 167-198, jan./abr. 1999.

PELBART, P. P. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PRADO FILHO, K. *Michel Foucault: uma história da governamentalidade*. Rio de Janeiro: Achiamé; Florianópolis: Insular, 2006.

REIS, L. V. S. *O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; UFRGS, 1989.

SOARES, C. H. L. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Unicamp, 2001.

VALLADARES, L. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 5-34, out. 2000.

Recebido em: 28 de maio de 2011  
Aceito em: 05 de setembro de 2012

